

RESOLUÇÃO Nº 23/1998
(Publicada no Diário Oficial de 16/04/1998)

Ratificada pela Resolução nº 32/98. Que fixou a ser utilizado como crédito o percentual de 90%.

Alterada pelas Resoluções nºs 45/06, 24/09, 18/12 e 23/19.

Ver resolução nº 23/19, que alterou a titularidade dos benefícios da empresa.

Ver a Resolução 74/20, que prorrogou o prazo de fruição dos benefícios previsto nesta com base na Resolução 24/09, por mais 6 (seis) meses, no período de janeiro a junho de 2021, mantidas as demais condições.

Fixa o percentual a ser utilizado como Crédito Presumido para a CALÇADOS BIBI LTDA.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso de suas atribuições e nos termos do § 1º, do art. 6º da Lei nº 6.335, de 31 de outubro de 1991 e Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar, "*ad referendum*" do Conselho, em 99% (noventa e nove por cento) o percentual a ser utilizado como Crédito Presumido nas operações de saída de calçados, artefatos de couros e seus componentes, realizadas pela CALÇADOS BIBI LTDA., CNPJ nº 97.748.958/0030-31 e IE nº 153.235.542NO, localizada no município de Cruz das Almas, neste Estado.

Nota: A redação atual do art. 1º foi dada pela Resolução nº 23, de 23/04/19, DOE de 26/04/19, tendo em vista a mudança de titularidade da empresa, efeitos a partir de 26/04/19.

Redação originária, efeitos até 25/04/19:

*"Art. 1º Fixar, "*ad referendum*" do Conselho, em 99% (noventa e nove por cento) o percentual a ser utilizado como Crédito Presumido nas operações de saída de calçados, artefatos de couros e seus componentes, realizadas pela CALÇADOS BIBI NORDESTE LTDA., CNPJ nº 02.279.361/0001-44 e IE nº 047.949.836NO, localizada no município de Cruz das Almas, neste Estado."*

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado e;

b) nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

Nota: A redação atual do art. 1º foi dada pela Resolução nº 18 de 28/08/12, DOE de 01 e 02/09/12, efeitos a partir de 01/09/12.

Redação anterior dada ao art. 1º pela Resolução nº 24 de 26/08/09, DOE de 28/08/09, efeitos de 28/08/09 até 31/08/12:

*"Art. 1º Fixar, "*ad referendum*" do Conselho, em 99% (noventa e nove por cento) o percentual a ser utilizado como Crédito Presumido nas operações de saída de calçados, artefatos de couros e seus componentes, realizadas pela CALÇADOS BIBI NORDESTE LTDA., CNPJ nº 02.279.361/0001-44 e IE nº 047.949.836NO, localizada no município de Cruz das Almas, neste Estado."*

Redação originária, efeitos até 27/08/09:

*"Art. 1º Fixar, "*ad referendum*" do Conselho, em 90% o percentual a ser utilizado como Crédito Presumido nas operações de saída de calçados, artefatos de couros e seus componentes, realizadas pela CALÇADOS BIBI NORDESTE LTDA., CNPJ nº 02.279.361/0001-44 e IE nº 047.949.836NO, localizada no município de Cruz das Almas,*

neste Estado.”

Art. 2º Conceder prazo de para fruição dos benefícios, para 31 de dezembro de 2020.

Nota: O prazo de fruição dos benefícios previsto neste art. 2º foi prorrogado por mais 6 (seis) meses, no período de janeiro a junho de 2021, pela Resolução nº 74 de 15/12/2020, DOE de 22/12/2020, mantidas as demais condições, efeitos a partir de 22/12/2020.

A Redação atual do art. 2º foi dada pela Resolução nº 24 de 26/08/09, DOE de 28/08/09, efeitos a partir de 28/08/09.

Redação anterior dada ao art. 2º pela Resolução nº 45 de 21/12/06, DOE de 22/12/06, efeitos de 22/12/06 até 27/08/09:

“Art. 2º Conceder prazo de 20 (vinte) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da apuração do ICMS referente ao início da produção.”

Redação originária, efeitos até 21/12/06:

“Art. 2º O prazo do presente benefício contar-se-á a partir da apuração do ICMS referente ao início da produção até 31.12.2012.”

Art. 3º Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte da empresa.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 08 de abril de 1998.

GERALDO MAGALHÃES MACHADO
Presidente